
Notas técnicas

Definição do setor informal e delimitação do universo de pesquisa

A magnitude, natureza e composição do setor informal variam entre diferentes regiões e países de acordo com o nível de desenvolvimento e a estrutura de suas economias. Com base nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, em janeiro de 1993, considerou-se que:

- para delimitar o âmbito do setor informal, o ponto de partida é a unidade econômica - entendida como unidade de produção - e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida;
- fazem parte do setor informal as unidades econômicas não-agrícolas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo;
- as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção;
- embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros não serve de critério para a definição do informal na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica, e não a seu *status* legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não

apresenta uma clara base conceitual; não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levantar resistência junto aos informantes; e

- que a definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa.

Na operacionalização estatística desta definição, decidiu-se que pertencem, ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias.

Como conseqüência desta definição operacional, uma primeira limitação da pesquisa resulta de seu recorte urbano. Assim sendo, ela deixa de cobrir as atividades não-agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios rurais - de que servem de exemplo a pequena indústria alimentar, artesanato, confecção e serviços - e que, em virtude de seu próprio modo de organização e do cálculo econômico que as rege, deveriam, a rigor, estar incluídas no espectro de economia informal. Justificam tal procedimento a significativa elevação dos custos operacionais que a cobertura de domicílios rurais acarretaria para a pesquisa e a evidência empírica de que é nos grandes centros urbanos que se concentra a parcela mais expressiva da economia informal.

Por outro lado, está também excluída do universo da pesquisa a chamada "população de rua", de número e importância crescentes nas áreas metropolitanas. Como não tem residência fixa, considera-se que deva vir a se constituir em objeto de pesquisa específica, mas certamente com recorte e natureza distintos dos da presente pesquisa. Deve-se esclarecer, ainda, que o conjunto de pessoas ligadas a atividades ilegais dificilmente podem ser captadas por uma pesquisa como esta. Com o que o espectro desta se reduz ao conjunto de práticas econômicas "socialmente aceitas", levadas a efeito por indivíduos domiciliados.

Na definição operacional das unidades produtivas a serem consideradas na economia informal, foram consideradas como objeto de pesquisa aquelas que operassem com até cinco empregados, independentemente do número de proprietários ou trabalhadores não-remunerados. Como qualquer outro, o corte no número de empregados é também um corte arbitrário. Reconhece-se que o caráter informal de uma determinada atividade não é dado apenas por seu tamanho, mas, principalmente, pela particular divisão técnica e social do trabalho, que ali se estabelece. Admite-se, contudo, que essa divisão tende a passar também pelo número de pessoas ocupadas e se fixa o mesmo corte já adotado por diversos estudos sobre a economia informal.

A decisão de investigar, em profundidade, os informantes que se autotransformam como empregadores (com até cinco empregados) e trabalhadores por conta própria, em qualquer de suas situações de trabalho, é outro fato a ser considerado. Significa reconhecer que os indivíduos podem participar da economia informal, seja através de seu trabalho principal, seja do secundário.

Os trabalhadores domésticos, embora pertencentes ao setor informal, não foram objeto da pesquisa por considerar-se que as informações relevantes para esta categoria são exaustivamente pesquisadas, a cada ano, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

Informações metodológicas

A pesquisa Economia Informal Urbana - Ecinf é uma pesquisa por amostra de domicílios, situados em áreas urbanas, onde se busca identificar os trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco empregados em pelo menos uma situação de trabalho. Estes indivíduos, proprietários de unidades econômicas pertencentes ao âmbito da economia informal, devem prestar informações detalhadas sobre as características de organização e funcionamento de seus empreendimentos.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira – Listagem – foi elaborado um cadastro exaustivo dos domicílios, situados nos setores selecionados para a amostra, em que residiam proprietários de unidades produtivas informais, como será visto a seguir. Na segunda fase, as entrevistas foram realizadas nos domicílios. Procurou-se combinar, no corpo do questionário, perguntas referentes não apenas ao indivíduo, mas também à firma ou ao negócio que operava, reconhecendo a existência, na prática, de empresas individuais e familiares e rompendo, com isso, a rigidez de barreiras entre pesquisas domiciliares e pesquisas de estabelecimentos.

O desenho da amostra

A concepção do plano amostral adotado na atual pesquisa é basicamente a mesma empregada na Ecinf 1997¹.

A Ecinf 2003 foi realizada através de uma amostra probabilística de domicílios, obtida em dois estágios de seleção, com estratificação das unidades primárias (setores urbanos) e seleção com probabilidade proporcional ao total de domicílios ocupados existentes na época do Censo Demográfico 2000, e teve como unidades secundárias os domicílios com moradores ocupados como conta própria ou como empregadores com até cinco empregados. Esses domicílios foram estratificados por grupo de atividade objeto da pesquisa e selecionados com equiprobabilidade em cada estrato.

Na medida em que se pretendia obter resultados para cada uma das Unidades da Federação e, também, para as Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia, o plano amostral foi aplicado de forma independente para cada uma dessas áreas, que foram definidas como áreas da pesquisa.

Os setores urbanos foram estratificados, primeiramente, por sua condição geográfica, buscando, desta forma, o espalhamento da amostra para garantir a representação das diversas áreas que compõem as áreas da pesquisa.

A segunda etapa do processo de estratificação das unidades primárias foi realizada dentro de cada estrato geográfico e considerou a média da renda domiciliar de cada setor, convertida em salários mínimos, obtida a partir dos resultados definitivos do questionário da amostra do Censo Demográfico 2000.

A utilização da variável renda, na estratificação dos setores objetivou garantir a inclusão na amostra de proprietários do setor informal (conta própria e empregadores com até cinco empregados) provenientes de diversas classes de renda.

¹ Para conhecer mais detalhadamente aspectos relacionados à amostragem consultar Almeida e Bianchini (1998).

Para a determinação do tamanho da amostra, de cada área da pesquisa, estabeleceu-se como variável de dimensionamento o total de proprietários de unidades produtivas do setor informal, que deveria ser estimado com um erro de amostragem associado à estimativa de 5%, com exceção das unidades da Região Norte, onde por razões de custo, admitiu-se erro de 6%.

Nos setores selecionados foi realizada uma operação de listagem que visou identificar as unidades domiciliares que faziam parte do universo da pesquisa, isto é, aquelas que tinham moradores ocupados como conta própria ou empregadores com até cinco empregados em atividades não-agrícolas, em qualquer uma de suas situações de trabalho. Além disso, os domicílios de interesse da pesquisa foram classificados segundo o grupo de atividade exercida pela unidade produtiva informal gerida pelo morador.

Uma vez realizada a listagem, as unidades domiciliares a serem entrevistadas foram selecionadas de forma a manter a proporcionalidade entre os diversos grupos de atividade identificados em cada setor. Procurou-se garantir, ainda, a presença dos grupos de atividade mais raros. O Anexo 1 apresenta a composição da amostra em cada área da pesquisa, que totaliza 54 595 domicílios, em 2 499 setores censitários .

Operação de listagem

A operação de listagem, que consiste na geração de uma lista dos domicílios existentes em áreas pré-selecionadas, é uma etapa fundamental para o bom êxito da pesquisa. É nesta fase que se identificam os endereços dos proprietários do setor informal e as atividades econômicas por eles desenvolvidas. A lista de domicílios onde moravam esses proprietários serviu, então, de base para a seleção da amostra de informantes da pesquisa. Só tiveram chance de seleção os domicílios em que foram identificadas atividades informais. Foi necessário garantir, portanto, que a lista das unidades domiciliares existentes nos setores relacionados fosse completa e que cada um deles fosse listado apenas uma vez.

- Mais do que uma simples relação de endereços das unidades domiciliares, na listagem, foi necessário fazer uma pequena entrevista para saber, basicamente, as seguintes informações:
- quais moradores de cada domicílio trabalhavam no período de referência;
- entre estes moradores ocupados, quais eram proprietários de unidades econômicas do setor informal, em pelo menos uma situação de trabalho; e
- quais as atividades que esses proprietários do setor informal desenvolviam.

Reconhecendo que num mesmo endereço podem morar proprietários do setor informal que desenvolvem atividades separadas e distintas, foi necessário classificar cada domicílio em apenas um grupo de atividade para possibilitar a seleção da amostra.

A atividade do domicílio foi escolhida entre aquelas desenvolvidas por seus moradores que eram proprietários de negócios informais - trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco empregados. Entretanto, como em cada domicílio os diversos moradores podem desenvolver atividades diferentes, houve necessidade de estabelecer uma ordenação de prioridades entre elas. Isso porque, para efeito de seleção da amostra de domicílios, foi preciso dar oportunidade de seleção aos domicílios cujas atividades eram menos frequentes. Caso contrário, as atividades

de prestação de serviços e comércio, que eram as mais freqüentes entre as pessoas ocupadas e, em especial, no caso de conta própria e pequenos empregadores, teriam maior chance de serem escolhidas. Desse modo, o domicílio foi selecionado por determinada atividade, embora na entrevista, quando da aplicação do questionário, tenham sido consideradas as outras atividades exercidas pelos demais moradores que eram conta própria ou pequenos empregadores.

Operação de entrevista

Na operação de entrevista da Ecinf, em 2003, foram utilizados dois tipos de questionário: o primeiro para levantamento de informações de características do domicílio e de seus moradores, ECINF 2.01 - Questionário do Domicílio, e o segundo para a investigação das características das unidades produtivas pertencentes ao setor informal e de seus proprietários, ECINF 2.02 - Questionário Individual, que inclui investigação suplementar sobre os Pequenos Empreendimentos.

ECINF 2.01 - Questionário do Domicílio

O ECINF 2.01 - Questionário do Domicílio foi o instrumento utilizado para o levantamento das informações referentes a cada unidade domiciliar selecionada para a amostra e de seus moradores. Seu objetivo foi identificar o número de moradores dos domicílios selecionados e, principalmente, a situação de trabalho para aqueles com 10 anos ou mais de idade.

Através da situação de trabalho, buscou-se identificar os moradores que desenvolviam algum trabalho, em atividades não-agrícolas, como conta própria ou empregadores com até cinco empregados: os proprietários das unidades produtivas pertencentes ao setor informal.

A identificação da população ocupada, por sua vez, permitiu distinguir e dimensionar o contingente de pessoas que eram proprietárias de unidades econômicas informais e que seriam entrevistadas no ECINF 2.02. Nesse sentido, as variáveis mais relevantes são posição na ocupação e tamanho do empreendimento em que trabalhavam.

ECINF 2.02 - Questionário Individual

Este questionário foi aplicado somente aos moradores que foram identificados como empregadores com até cinco empregados ou trabalhadores por conta própria, em pelo menos um dos trabalhos que tinham no mês de referência, através do ECINF 2.01.

Seu primeiro objetivo foi identificar as atividades desenvolvidas nas pequenas unidades produtivas. Essas atividades foram classificadas utilizando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE-Domiciliar, que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para as pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar que equivale à CNAE nos níveis mais agregados - seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e atacado - reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE tem como referência a International Standard Industrial Classification of All Economic Activities - ISIC, 3a revisão, das Nações Unidas. O Anexo 2 apresenta os grupos de classes de atividade, utilizados na pesquisa.

Através de variáveis como receitas e despesas, equipamentos, instalações e número de pessoas ocupadas, foi possível dimensionar a participação destas pequenas unidades na geração da produção e de postos de trabalho. Investigou-se, também, sua forma de funcionamento e o relacionamento com outras unidades econômicas.

As informações pesquisadas são de importância fundamental para a mensuração da participação do setor informal na geração de empregos e rendimento, ou seja, de sua contribuição para o Produto Interno Bruto - PIB.

O nível de organização, formalização e/ou visibilidade dessas unidades econômicas pode ser apreendido de várias formas, entre as quais a regularização propriamente dita do negócio (constituição jurídica e registro junto às autoridades públicas), o tipo de contabilidade adotada para registro das transações, a composição do quadro do pessoal ocupado e o local onde se desenvolve a atividade.

A evidência de um grande número de sócios nos resultados obtidos pelos Censos Econômicos de 1985, relativamente às Microempresas, alertou para a possibilidade de que o mesmo viesse a ocorrer com as atividades englobadas pela economia informal. No caso de empresas familiares, cujas atividades se desenvolvem no âmbito doméstico, havia facilidade de identificar a sociedade e evitar duplicação. O problema surge com sociedades, provavelmente mais freqüentes no contexto urbano, em que os parceiros residem em domicílios diferentes, daí a necessidade de investigar a existência de sócios.

Partindo do pressuposto de que uma das características básicas do setor informal é a forte identificação entre a unidade produtiva e o produtor direto, procurou-se, também, extrair do informante a visão que tinha de seu próprio empreendimento e de suas perspectivas econômicas. Nesse sentido, buscou-se levantar os principais problemas que vinham enfrentando para manter o negócio, em que medida foi este afetado pela conjuntura econômica no último ano e quais os planos para o futuro (expansão/retração/manutenção do nível de atividade ou fechamento do negócio).

Posteriormente, no questionário ECINF 2.02, as características individuais dos proprietários foram as variáveis pesquisadas. As características do último trabalho que cada informante teve (atividade do negócio, posição na ocupação etc.) possibilitam estudos específicos sobre a origem e a trajetória dos proprietários das unidades pertencentes ao setor informal.

Por outro lado, o exame das pré-condições para o ingresso na atual atividade e do tempo de permanência nesta permite avaliar em que medida a hipótese levantada em vários estudos quanto à inexistência de barreiras à entrada no setor informal se aplica à realidade brasileira.

Levantaram-se, ainda, características de migração e nível de escolaridade, variáveis fundamentais para qualquer análise relativa ao mercado de trabalho.

Para as pessoas que tinham dois ou mais trabalhos, foram feitas perguntas sobre o trabalho em que a pessoa não era conta própria ou pequeno empregador.

Por fim, através do questionário suplementar, foi possível captar o acesso do proprietário a diversos tipos de serviços, sejam eles financeiros ou não, bem como as formas de pagamento das matérias-primas ou mercadorias e a localização dos clientes.

Expansão da amostra e estimação da precisão das estimativas

A estimação de totais utilizou o estimador natural do desenho amostral com correção de não-resposta dentro de cada estrato geográfico/renda.

Visando a facilitar o processo de estimação para tabulação, calculou-se o peso que cada domicílio com proprietários do setor informal, dentro de cada estrato e grupo de atividade, teria, segundo as probabilidades de seleção a eles associados. Além dos pesos para estimação das características dos proprietários de unidades produtivas do setor informal, calculou-se também, o peso usado para estimar as características da unidade produtiva, visto que uma única unidade pode ser propriedade de um ou mais sócios sendo, então, necessário aplicar um fator de correção para evitar a superestimação.

Em pesquisas por amostra, a interpretação dos resultados deve levar em consideração, em particular, os erros de amostragem correspondentes às estimativas. O Anexo 3 - Coeficientes de variação de variáveis selecionadas - apresenta os erros associados a algumas variáveis para balizar sua análise.

Disseminação dos resultados

Os resultados da pesquisa Economia Informal Urbana para o Brasil, apresentados nesta publicação, estão estruturados da seguinte forma:

A primeira tabela mostra o conjunto dos pequenos empreendimentos investigados e inclui todo tipo de empresa. As tabelas seguintes dizem respeito apenas às unidades produtivas que fazem parte do setor informal, ou seja, aquelas que têm como característica básica a não-separação entre o proprietário e a empresa. Excluem, portanto, as empresas constituídas como sociedades anônimas e aquelas cuja declaração anual do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, em 2002, não foi preenchida no formulário Lucro Real. Por último, é apresentado um conjunto de tabelas com algumas informações sobre localização dos clientes, acesso a serviços financeiros e outros serviços, forma de pagamento de matérias-primas ou mercadorias, acesso a crédito e instrumentos financeiros.

Essas informações também estão disponíveis no CD-ROM que acompanha a publicação, abrangendo, também, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas selecionadas e Distrito Federal, bem como no portal do IBGE na Internet.

Cumpramos ressaltar que podem ocorrer pequenas diferenças de arredondamentos entre os totais apresentados e a soma das parcelas contidas no somatório. Estas diferenças ocorrem devido a opção de manter os fatores de expansão (pesos) fracionários, calcular as estimativas das parcelas, obter o total ou subtotal e somente no momento de imprimir a tabela arredondar as estimativas, independentemente.